

O QUE SE ENTENDE POR MICROCRÉDITO?

Kennedy Gomes de Sousa⁽¹⁾, Miguel Rivera Peres Junior⁽²⁾, Lélis Pedro de Andrade⁽³⁾

⁽¹⁾Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) - Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) - Campus Formiga

⁽²⁾ Professor orientador – Docente do PPGA - IFMG - Campus Formiga

⁽³⁾ Professor coorientador - Docente do PPGA - IFMG - Campus Formiga

RESUMO

Tendo em vista o grave problema da pobreza no mundo, as microfinanças, em especial o microcrédito, surgiram como alternativa de inclusão socioeconômica para pessoas de baixa renda, não assistidas pelo sistema financeiro convencional. O tema microcrédito teve grande evidência a partir da criação do Grameen Bank, em Bangladesh, por Muhammad Yunus em 1983. Desde então, tem sido cada vez mais comum encontrá-lo como tema de estudo de diversos autores. Há, no entanto, uma carência de consenso sobre o que exatamente constitui o microcrédito. O presente estudo objetiva, assim, conceituar o microcrédito, baseando-se em revisão literária, uma vez que o objeto de estudo possui características particulares, que necessitam ser identificadas e compreendidas. Para tanto, busca-se, por meio de uma revisão bibliográfica, conceitos que possam corroborar para um melhor entendimento da modalidade.

Palavras-chave: Microfinanças, Microcrédito, Pobreza, Grameen Bank.

1 INTRODUÇÃO

Tendo em vista a lacuna no que concerne aos métodos mais eficazes para a inclusão financeiro / econômica das classes mais pobres, o microcrédito surge como ferramenta de erradicação da pobreza e inserção econômica.

Segundo Greatti (2020), a terminologia microcrédito é derivada de microfinanças, cuja definição é a oferta sustentável de serviços financeiros, como o próprio microcrédito. Além dele, há a micropoupança e microseguros, que são destinados a população de baixa renda (GREATTI, 2020). O microcrédito pode ser explicado como sendo “a concessão de empréstimos de pequeno valor, para atividade produtiva, no contexto das microfinanças” (ALVES; SOARES, 2004, p. 9).

Contudo, enquanto alguns autores enaltecem o microcrédito (BARONE; ZOUAIN, 2007; LEDGERWOOD, 1999; YUNUS, 2000), outros seguem justamente na direção

contrária e tecem críticas aos seus efeitos e fundamentos (KARNANI, 2007; MORDUCH; ROODMAN, 2013). Mas, afinal, o que se entende por Microcrédito? Para responder este questionamento, o presente estudo visa contextualizar o microcrédito mediante revisão bibliográfica. Destarte, na literatura é comum encontrar o microcrédito como fator de contribuição para o combate da pobreza, para a geração de renda, para o desenvolvimento social e para a melhoria da sustentabilidade financeira (CONCEIÇÃO, 2005).

Conforme relata Ribeiro (2002), o microcrédito vem se expandindo gradativamente, principalmente em economias emergentes, agindo como alternativa aos problemas de subdesenvolvimento existente nestes locais. Nesta lógica, Braga e Toneto alegam que “tem surgido em uma série de países do Terceiro Mundo instituições de microcrédito que buscam, por meio de instrumentos alternativos, atender às necessidades de crédito dos segmentos excluídos do sistema financeiro tradicional” (BRAGA; TONETO JR, 2009).

2 DESENVOLVIMENTO

Antes da compreensão de microcrédito faz-se necessário conceituar microfinanças, pois elas podem ser um poderoso agente no desenvolvimento econômico na erradicação da pobreza (LEDGERWOOD, 1999). Microfinanças podem ser definidas como a oferta de serviços financeiros a clientes de baixa renda pelo qual as instituições de microfinanças provêm à intermediação de serviços sociais, incluindo a ajuda na formação de grupos e no desenvolvimento da autoconfiança, da aprendizagem, do linguajar financeiro entre outros serviços (LEDGERWOOD, 1999, p. 239).

Segundo Néri (2008), microfinanças referem-se a oferta de diversos serviços financeiros, incluindo o microcrédito, micropoupanças, microsseguros, entre outros. Neste sentido, Barone e Zouain (2007) ressaltam que os produtos de microfinanças não são cópias dos produtos tradicionais. Conforme exposto por eles, estes produtos “fazem parte de uma filosofia onde o crédito é visto como um direito, pois o acesso a ele leva ao desenvolvimento do indivíduo e de sua unidade produtiva” (BARONE; ZOUAIN, 2007, p. 372).

Embora o objetivo de microfinanças ressoe como uma urgente necessidade da realidade contemporânea, a história mais notória nos remonta à década de 70, com o famoso caso do economista Muhammad Yunus que identificou que os bancos tradicionais não ofertavam crédito para as pessoas mais pobres, o que os impediam de custear suas atividades fabris e produtivas. Posteriormente, em 1983, era fundado o Grameen Bank, cujo público-alvo era os mais pobres das aldeias rurais de Bangladesh - em sua maioria mulheres. Isto porque,

segundo o próprio economista, “em Bangladesh os bancos tradicionais são sexistas: não querem emprestar dinheiro às mulheres” (YUNUS, 2000, p.115). Com o valor do crédito, as pessoas tinham a possibilidade de iniciar e/ou ampliar alguma atividade empreendedora.

É neste cenário que o microcrédito tem o seu apogeu. Ainda, segundo Yunus, “estudos independentes destacaram que no espaço de dez anos o Grameen conseguiu tirar da pobreza um terço dos indivíduos a quem emprestou dinheiro e elevar outro terço acima do limite de pobreza” (YUNUS, 2000, p.192). É necessário relatar que graças aos seus resultados, Muhammad Yunus e o Grammen Bank foram condecorados com o Prêmio Nobel da Paz no ano de 2006.

Segundo Nichter, Goldmark e Fiori (2002) microcrédito é a “concessão de empréstimos de relativamente pequeno valor, para atividade produtiva, no contexto das microfinanças”. Ibrahim *et al.* (2021) relatam que microcrédito pode ser definido como um pequeno empréstimo concedido a taxas de juros acessíveis a indivíduos que não podem acessar os principais credores devido à falta de garantias e / ou histórico de crédito (IBRAHIM *et al.*, 2021). Conforme expõe Alves e Soares (2004), o microcrédito é definido como a concessão de crédito para o financiamento de pequenos empreendimentos, cuja diferenciação dá-se essencialmente pela metodologia utilizada, que é bastante diferente da adotada para as operações de crédito tradicionais, pois envolve a adoção de agentes de crédito, garantias solidárias e empréstimos com prazos curtos e valores crescentes (ALVES; SOARES, 2004).

Neste sentido Barone *et al* (2002) afirmam que há uma metodologia específica no microcrédito. Dentre elas, algumas características que podem ser destacadas são: o reduzido custo de transação frente ao custo operacional, a ausência de garantias reais, o microcrédito produtivo orientado (MPO), a particularidade do crédito produtivo e a ação econômica com impacto social. Contudo, a utilidade da modalidade não está somente no baixo custo operacional, mas sobretudo na redução da burocracia e na possibilidade de atender a demanda dos mais pobres, não assistidos pelo sistema financeiro convencional.

Portanto, a questão do microcrédito está relacionada à forma com que o credor consegue pactuar meios que garantem o cumprimento dos contratos de crédito pelos tomadores. Uma das formas de garantir a operação é o aval solidário que, basicamente, é um grupo de pessoas com interesses em comum – a obtenção do empréstimo. Essa alternativa garante o pagamento da operação em caso de descumprimento de uma das partes (GHATAK; GUINNANE, 1999), uma vez que esses grupos de avais asseguram a operação. Conforme

relato de Yunus e Jolis (2003), “pedidos de empréstimo individuais devem, então, ser aprovados pelo grupo, que, a partir de então, se sente moralmente responsável por eles. Em caso de dificuldade, os membros do grupo se ajudam uns aos outros” (YUNUS; JOLIS, 2003, p.135).

Mattei e Silva (2018) constata em seus estudos que o microcrédito é uma ferramenta fundamental para a fomentação do desenvolvimento regional, pois impacta positivamente na vida dos beneficiários e permite-lhes uma condição mais favorável. Outro aspecto favorável encontrado na literatura é o seu impacto positivo nas situações de pobreza (YUNUS; WEBER, 2007; SINGER, 1998). Assim, a modalidade impacta para uma melhora social e econômica da região onde é aplicada.

3 CONCLUSÃO

Conhecendo-se a história, compreende-se que o microcrédito é uma das ramificações das microfinanças e envolve o fornecimento de crédito a clientes não atendidos pelo setor bancário tradicional, compreendendo, exclusivamente, a concessão de empréstimos de pequenos valores a pessoas de baixa renda. Conseqüentemente, esse tipo de empréstimo se fortalece progressivamente como um crédito alternativo para que pessoas mais carentes possam ter acesso ao sistema financeiro convencional.

Há muitos autores que ratificam a ideia de que a ferramenta possui características capazes de financiar os pequenos empreendimentos e fomentar a pequena economia local. Sucessivamente, estas táticas atingiriam outras vertentes podendo impactar em uma melhora na qualidade de vida.

Afinal, conforme relato filosófico de seu maior agente disseminador e, também, defensor: O microcrédito é “mais do que um mero negócio. Tal como a alimentação, o crédito é um direito humano” (YUNUS, WEBER; 2007, p. 369).

REFERÊNCIAS

ALVES, S., SOARES, M. **Democratização do crédito no Brasil**: atuação do Banco Central. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004.

BARONE, Francisco Marcelo et al. Introdução ao microcrédito. **Brasília: Conselho da Comunidade Solidária**, v. 65, 2002.

_____; ZOUAIN, Deborah Moraes. Excertos sobre política pública de acesso ao crédito como ferramenta de combate à pobreza e inclusão social: o microcrédito na era FHC. Small



Business através do panóptico. **Revista de Administração Pública – RAP**. Rio de Janeiro: FGV/EBAPE, 2007.

BRAGA, Márcio Bobik; TONETO JR., Rudinei. Microcrédito: Aspectos Teóricos E Experiências. **Análise Econômica**, v. 18, n. 33, 2009.

CONCEIÇÃO, J. H. M. da. Microcrédito como ferramenta de geração de renda e emprego: uma análise de experiências públicas municipais. Dissertação de Mestrado. Fundação Getúlio Vargas-FGV. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, 2005.

GHATAK, M.; GUINNANE, T.H.T. The economics of lending with joint liability: theory and Practice. **Journal of Development Economics**, v. 60, n.1, p.195-228, 1999.

GREATTI, Ligia. As inovações do microcrédito e sua importância para o microempreendedorismo. **Revista de Empreendedorismo e Inovação Sustentáveis**, v. 5, p. 65–84, 2020.

IBRAHIM, Fatma *et al.* Microcredit as a public health initiative? Exploring mechanisms and pathways to health and wellbeing. **Social Science and Medicine**, v. 270, n. January, p. 113633, 2021.

KARNANI, A. **Employment, not microcredit, is the solution**. Ross School of Business. (Policy research working paper series, 1065). Michigan, MI: University of Michigan. 2007.

LEDGERWOOD, J. **Microfinance handbook**: an institutional an financial perspective. Whashington DC: World Bank, 1999.

MATTEI, Lauro Francisco; SILVA, Roniel Antonio da. O Papel do microcrédito no ambiente local: Evidências a partir do programa Banco da Família em Santa Catarina. **Textos de Economia**, v. 21, n. 1, p. 125-145, 2018.

MORDUCH, J.; ROODMAN, D. **The impact of microcredit on the poor in Bangladesh: revisiting the evidence**. Washington, DC: Center for Global Development. 2013.

NERI, Marcelo (org.) **Microcrédito, o mistério nordestino e Grameen brasileiro**: perfil e performance dos clientes do CrediAmigo. Rio d Janeiro: FGV, 2008.

NICHTER, Simeon; GOLDMARK, Lara; FIORI, Anita. **Entendendo as microfinanças no contexto brasileiro**: Programa de Desenvolvimento Institucional. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política, quem manda, porque manda, como manda**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

SINGER, P. **Uma utopia militante**: repensando o socialismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

YUNUS, Muhammad; WEBER, Karl. **Creating a world without poverty**: social business and the future of capitalism. New York: Public Affairs. 2007.



_____; JOLIS, A. **O Banqueiro dos pobres:** a revolução do microcrédito que ajudou os pobres de dezenas de países. São Paulo: Ática, 2003.

_____. **O banqueiro dos pobres.** São Paulo: Ática, 2000.